



Ministério da Educação – Brasil
 Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
 Minas Gerais – Brasil
 Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
 ISSN: 2238-6424
 QUALIS/CAPES B1 – LATINDEX
 Nº. 25 – Ano XIII – 05/2024
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

PROMOÇÃO DO ACESSO AO PLANEJAMENTO REPRODUTIVO NA REGIÃO AMPLIADA DE SAÚDE DE DIAMANTINA-MG

Krystina E. M. Dumont^{1*}, Emily E. S. Figueredo¹, João V. Cruz¹, Karine L de Sousa¹, Juliana A. Dias¹, Lady D. R. da Silva¹, Cássia B. S. Quintão², Paulo Márcio da Silva³, Joyce N. V. Santos¹, Vanessa K. S. Lage¹, Fabiana A. de Paula¹, Helisamara M. Guedes^{1,2}

¹ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Diamantina, Minas Gerais, Brasil.

² Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais (COREN-MG)

³ 3ª Promotoria de Justiça de Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Comarca de Diamantina-MG

*e-mail: krystina.dumont@ufvjm.edu.br

RESUMO: O planejamento familiar é um direito de todos e deve garantir que a mulher, o homem ou o casal possam decidir sobre a constituição, o aumento ou a limitação dos filhos. Sendo assim, em junho de 2021, foi implantado no município de Diamantina – MG, o Ambulatório Interdisciplinar de Planejamento Reprodutivo, com objetivo de oferecer às mulheres residentes na região ampliada de saúde de Diamantina – MG, uma assistência integral e de qualidade, com uma abordagem interdisciplinar voltada à saúde reprodutiva. Trata-se de um projeto de extensão que oferece educação em saúde, acolhimento e consultas clínicas voltadas ao planejamento reprodutivo e a inserção do Dispositivo Intrauterino (DIU). Também oferece curso de “Capacitação de profissionais da saúde para consultas clínicas com foco no planejamento reprodutivo e inserção do DIU”. Os dados da pesquisa foram analisados de forma longitudinal prospectiva, durante o período de junho de 2021 a fevereiro de 2024. Foram realizadas 723 inserções, das quais 646 (89,3%) realizaram revisão, 100 (15,5%) reinseriram e 141 (21,8%) removeram. Além disso, foram realizadas consultas de telemonitoramento, via questionário, totalizando 999 ligações, sendo destas 36,6% referente a três meses pós inserção do DIU, 37,4% seis meses e 25,9% doze meses. Os resultados demonstraram que 80,5% das mulheres se adaptaram e permaneceram em uso do dispositivo. Em relação às

capacitações, 32 enfermeiros já se encontram capacitados para realizar a inserção do DIU conforme a Resolução COFEN 690/2022. Conclui-se que o projeto de extensão com interface com a pesquisa tem apresentado retorno positivo à sociedade, ampliando o acesso a um método contraceptivo de longa duração, melhoria da qualidade de vida da população atendida, redução da mortalidade materna assim como diminuição do número de gestações não planejadas.

Palavras-chave: Planejamento Familiar. Dispositivo Intrauterino. Enfermagem. Capacitação profissional.

Introdução

Como estabelecido pela Lei nº 9.253/1996, o planejamento familiar é um direito de todos e abrange as ações que regulamentam a fecundidade, isto é, deve garantir que a mulher, o homem ou o casal possam decidir sobre a constituição, o aumento ou a limitação dos filhos (BRASIL, 1996). Atualmente, utiliza-se o termo planejamento reprodutivo para se referir a ações englobam os conceitos de concepção e contracepção, saúde sexual, prevenção e controle de cânceres, além de infecções sexualmente transmissíveis (IST), infertilidade e outros (BRASIL 2013).

A gravidez não planejada pode dificultar o acesso a educação e ao mercado de trabalho, contribuindo para as desigualdades sociais e representando, portanto, um importante problema de saúde pública mundialmente (YAZDKHASTI *et al*, 2015). Segundo o estudo de Reis *et. al.* (2021), realizado em Diamantina – MG, nos cartões de pré-natal, cerca de 13,2% mulheres planejaram sua gestação, dado este bastante inferior àquele encontrado pela Pesquisa Nascer no Brasil que afirma que 55,4% das gestações não foram planejadas (BRANDÃO; CABRAL, 2017).

Uma das principais causas para a alta prevalência da gravidez não planejada é a falta de acesso aos métodos contraceptivos, assim como a falta de conhecimento sobre os mesmos e a forma correta de usá-los. Por conseguinte, faz-se necessário aprimorar os programas de saúde voltados ao planejamento reprodutivo, a fim de promover a educação sexual e o conhecimento sobre a concepção e anticoncepção (MACHADO *et al*, 2017).

Quanto aos métodos contraceptivos, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), 15% das mulheres escolhem o Dispositivo Intrauterino (DIU), sendo considerado o método contraceptivo reversível mais utilizado no mundo (OMS, 2017). Já no Brasil, utiliza-se mais os anticonceptivos orais (ACO) e a ligadura tubária, sendo o DIU utilizado por apenas 1,9% das mulheres (CARRENO *et. al.*, 2006). Ampliar o acesso a contraceptivos de longa duração, como o DIU, pode

diminuir o número de gestações não planejadas, considerando que os métodos de curta duração, como os ACO apresentam maior taxa de falha devido ao uso incorreto e a descontinuação (WINNER *et al.*, 2012).

A vista disso, em junho de 2021, foi implantado no município de Diamantina – MG, o Ambulatório Interdisciplinar de Planejamento Reprodutivo, em parceria com a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), o Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais (COREN-MG), a Prefeitura de Diamantina através da Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria de Desenvolvimento Social, 3ª Promotoria de Justiça de Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Comarca de Diamantina-MG.

O projeto tem como objetivo oferecer às mulheres residentes na região ampliada de saúde de Diamantina – MG, uma assistência integral e de qualidade, com uma abordagem interdisciplinar voltada à saúde reprodutiva.

Metodologia

Trata-se de um projeto de extensão com interface com a pesquisa que oferece educação em saúde, acolhimento e consultas clínicas voltadas ao planejamento reprodutivo e a inserção do DIU. Os dados da pesquisa foram analisados de forma longitudinal prospectiva.

Os atendimentos do Ambulatório são realizados pelas professoras orientadoras do projeto, Residentes da Medicina e acadêmicos da universidade. Foram acompanhadas mulheres que inseriram o DIU no Ambulatório no período de junho de 2021 a fevereiro de 2024.

As mulheres que desejaram inserir o DIU, manifestaram seu interesse indo à unidade básica de referência e solicitando o cadastro e encaminhamento, feito via sistema de regulação da Secretaria de Saúde do município. O agendamento segue a lista de espera, em que são agendadas consultas ginecológicas semanalmente às terças-feiras, manhã e tarde, na policlínica municipal.

Durante a consulta clínica, é abordado o planejamento reprodutivo e, no caso do interesse pelo DIU, oferecido a inserção. Após 45 dias da inserção realiza-se consultas de revisão, por meio da verificação do tamanho do fio (padrão – ouro), complementado pelo exame de imagem ultrassom, para verificar o posicionamento do dispositivo e a adaptação da mulher ao método. Além disso, realiza-se o

telemonitoramento via Whatsapp destas mulheres com três, seis e doze meses pós inserção. Sendo este, conduzido por discentes do curso de enfermagem, bolsistas do projeto. Para a coleta dos dados foram utilizados questionários estruturados aplicados durante os períodos de telemonitoramento.

O projeto possui registro no SIEXC sob o número 2024101202411896 e atividades aprovadas pelo Conselho Municipal de Saúde por meio da Resolução COMSAD/MD nº 005/2021. Vale ressaltar que o Sistema Único de Saúde (SUS) não disponibiliza o DIU hormonal, portanto, este só é ofertado de forma gratuita pelo ambulatório devido a parceria com o CEMICAMP.

À medida que o ambulatório foi se expandindo, viu-se a necessidade de ampliar e descentralizar para outros serviços de saúde e municípios. Dessa maneira, foi criado o curso de “Capacitação de profissionais da saúde para consultas clínicas com foco no planejamento reprodutivo e inserção do dispositivo intrauterino (DIU)”, pactuado com termo de cooperação junto ao COREN – MG para os municípios de Diamantina e região – Datas, Couto Magalhães de Minas, Presidente Kubitschek, Felício dos Santos, São Gonçalo do Rio Preto, Rio vermelho, Senador Modestino Gonçalves e Guanhães, abrangendo também os municípios de Timóteo, Itamarandiba e Divinópolis.

O curso em questão foi estruturado segundo a Resolução Cofen 690/2022, que regulamenta a atuação do enfermeiro no âmbito do planejamento familiar e reprodutivo, dispondo também sobre a qualificação deste para atuar. Assim, as capacitações contaram com carga horária teórica e teórico-prática de no mínimo 20 e carga horária prática de 50 horas. Ademais, todos os profissionais capacitados realizaram no mínimo 20 inserções supervisionadas durante as consultas nos serviços-(COFEN, 2022).

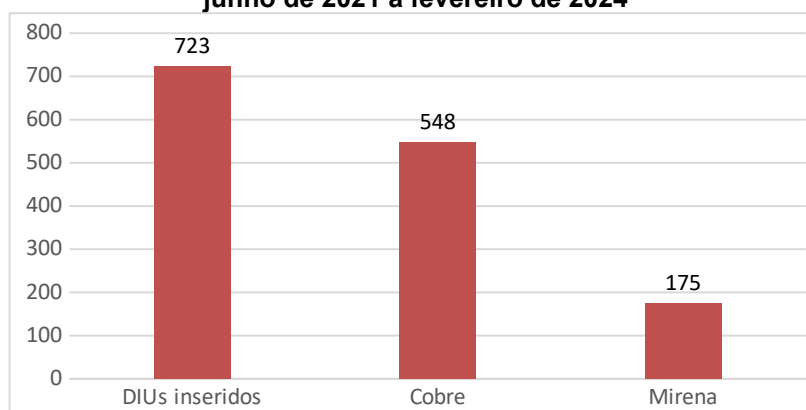
Primeiramente, o módulo teórico foi ofertado de forma virtual, com material didático disponibilizado via padlet de acesso livre: <https://pt-br.padlet.com/mariaeduarda33/659r2e3t7fg383hj>. Também foi desenvolvido o “Guia rápido para profissionais de saúde sobre a inserção do dispositivo intrauterino” (GUEDES, PAULA, 2022) para facilitar a implantação dos serviços voltados ao planejamento reprodutivo nos municípios. Em seguida, o módulo teórico-prático e prático foi realizado de forma presencial em Diamantina e nos demais municípios.

Resultados e discussão

Desde sua inauguração, foram realizadas 723 inserções no município de Diamantina, sendo destas 548 (75,8%) inserções referentes ao DIU de cobre e 175 (24,2%) ao DIU hormonal (Gráfico 1). A vista disso, constatou-se que após a inauguração, o ambulatório possibilitou um aumento de 65 vezes no número de inserções realizadas pelo município, que em 2020 apresentava média de 11 inserções via SUS por ano.

De acordo com Andrade *et al.* (2022), a taxa de inserção do DIU vem aumentando de forma gradativa, tanto a sua procura quanto o conhecimento sobre o método contraceptivo em questão, aumentando dessa forma sua visibilidade e ampliação da adesão das mulheres.

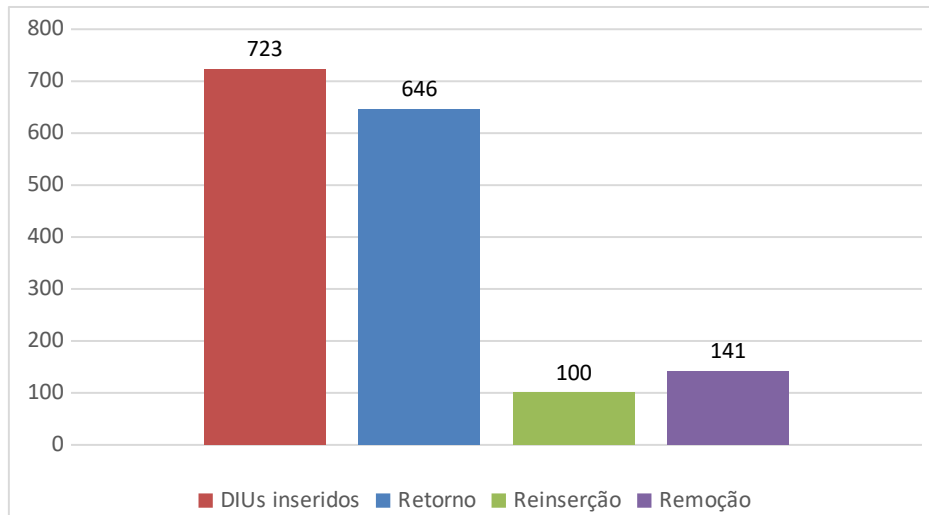
Gráfico 1 – Dispositivos Intrauterinos (DIUs) inseridos no município de Diamantina no período junho de 2021 a fevereiro de 2024



Fonte: dados do projeto

Das mulheres atendidas, 646 (89,3%) realizaram a consulta de revisão, com uso da ultrassonografia para verificar o posicionamento do dispositivo, tamanho do fio (padrão – ouro) e adaptação ao método. Dessas, 100 (15,5%) tiveram que reinserir o DIU e 141 (21,8%) optaram pela remoção do dispositivo (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Mulheres que inseriram o DIU no município de Diamantina, realizaram a consulta de revisão e permanecem, removeram ou reinseriram o dispositivo no período de junho de 2021 a fevereiro de 2024

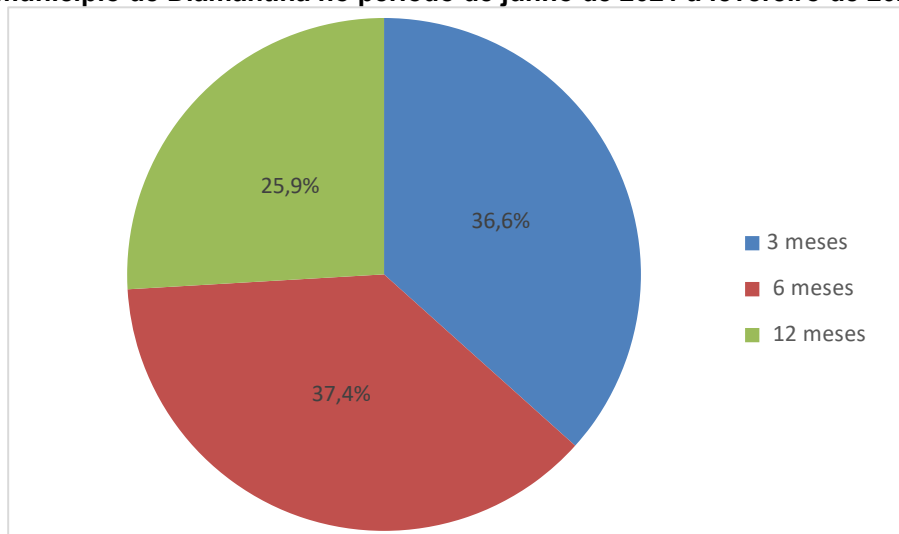


Fonte: dados do projeto

Dores pélvicas, gestações não planejadas, expulsão do dispositivo e mudanças no fluxo menstrual são os principais riscos e efeitos colaterais do uso do DIU. Devido a isso, estudos têm mostrado que cerca de 10 a 15% das mulheres removem o dispositivo dentro do primeiro ano de uso (NEUTEBOOM *et al.*, 2003). Semelhantemente, os resultados demonstram que 80,5% das mulheres adaptaram e permanecem em uso do dispositivo. Assim sendo, apesar de algumas mulheres não terem se adaptado ao método, foi possível identificar que o DIU é um método contraceptivo bem aceito e desejado pela maioria das mulheres.

O projeto de pesquisa realiza o telemonitoramento com as mulheres atendidas em Diamantina, que compareceram a consulta de revisão e permaneceram com o DIU. Vale ressaltar que aquelas que realizaram a reinserção no decorrer ou após este acompanhamento iniciam uma nova sequência de monitoramento a partir da data da reinserção. Durante o tempo analisado foram feitas 999 ligações, sendo destas 366 (36,6%) referente a três meses, 374 (37,4%) a seis meses e 259 (25,9%) a doze meses (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Ligações de telemonitoramento realizadas às mulheres que inseriram o DIU no município de Diamantina no período de junho de 2021 a fevereiro de 2024



Fonte: dados do projeto

Botelho (2021), em seu estudo sobre avaliação dos desfechos da inserção de DIU por enfermeiros, relata que uma das estratégias para aumentar o retorno das mulheres ao serviço, seria a busca ativa por meio do contato telefônico, para que elas tenham a liberdade de procurar o serviço na presença de intercorrências ou dificuldades na adaptação ao método, além da promoção da capacitação da equipe para um atendimento que promova vínculo. Assim, neste estudo foi possível observar que o telemonitoramento favoreceu a segurança, acompanhamento das pacientes e evitou consulta presencial. Contudo, percebe-se limitações na realização deste como a recusa das mulheres em atender o telefone ou até mesmo a mudança do número do telefone.

Em relação às capacitações realizadas pelo curso de capacitação de profissionais com foco no planejamento reprodutivo, de abril de 2023 a fevereiro de 2024 foram realizados 7 momentos diferentes para as atividades teórico-práticas e práticas, como apresentado na Tabela 4. Vale ressaltar que as práticas das enfermeiras de Datas, São Gonçalo do Rio Preto, Presidente Kubitschek e Senador Modestino Gonçalves foram realizadas em Diamantina e, portanto, entraram para a contagem de inserções do município onde foram realizadas. No momento 32 enfermeiros já se encontram capacitados para realizar a inserção do DIU conforme a resolução COFEN 690/2022 (Tabela 1).

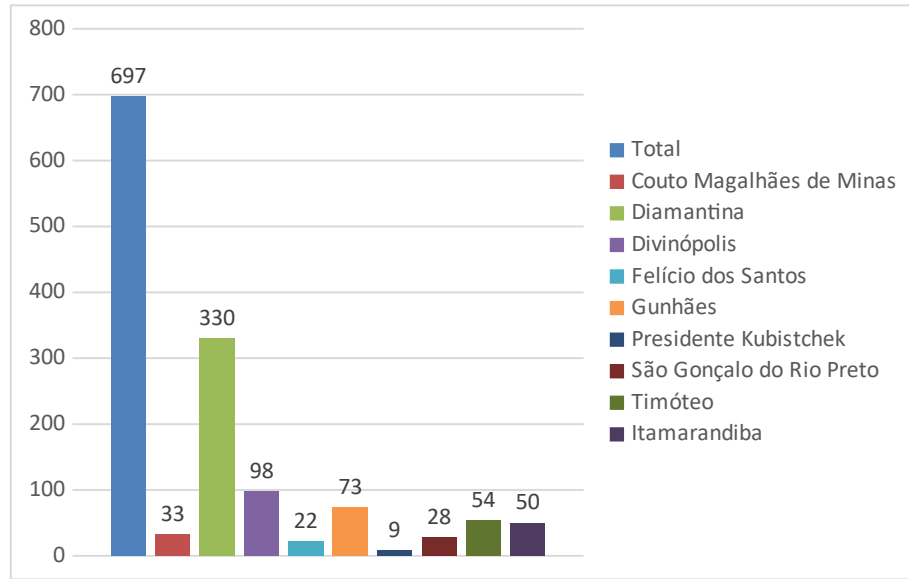
Tabela 1: Municípios e quantitativo de enfermeiros capacitados pelo Ambulatório Interdisciplinar de Planejamento reprodutivo de abril de 2022 a fevereiro de 2024

MUNICÍPIO	NÚMERO DE ENFERMEIROS	DATA DA REALIZAÇÃO
Guanhães	2	12 a 14 de dezembro de 2022
Diamantina	8	28 a 30 de abril; 28 de junho a 1 de julho de; 26 a 28 de setembro de 2022
São Gonçalo do Rio Preto	4	28 a 30 abril de 2022
Couto Magalhães de Minas	2	28 a 30 de abril de 2022 e 30 de junho de 2022
Presidente Kubitschek	3	1 de julho de 2022
Felício dos Santos	2	26 de setembro de 2022
Rio Vermelho	1	28 a 30 de abril; 28 de junho a 1 de julho de 2022
Datas	1	27 e 28 de setembro de 2022
Senador Modestino	1	27 e 28 de setembro de 2022
Itamarandiba	2	7 e 8 de novembro de 2023
Timóteo	2	16 a 18 de janeiro de 2024
Divinópolis	4	5 a 7 de fevereiro de 2024

Fonte: dados do projeto

Assim, as capacitações totalizaram 697 inserções, sendo destas a maior parte 330 (47,3%) feitas em Diamantina, seguida de Divinópolis com 98 (14,1%) (Gráfico 4). Ao somar as inserções realizadas durante as capacitações e aquelas feitas pelo ambulatório na policlínica tem-se um total de 1.090 consultas clínicas com inserção do DIU no período analisado (Gráfico 5). Tal número é expressivo e mostra como o projeto tem ampliado o acesso ao DIU no município de Diamantina e região.

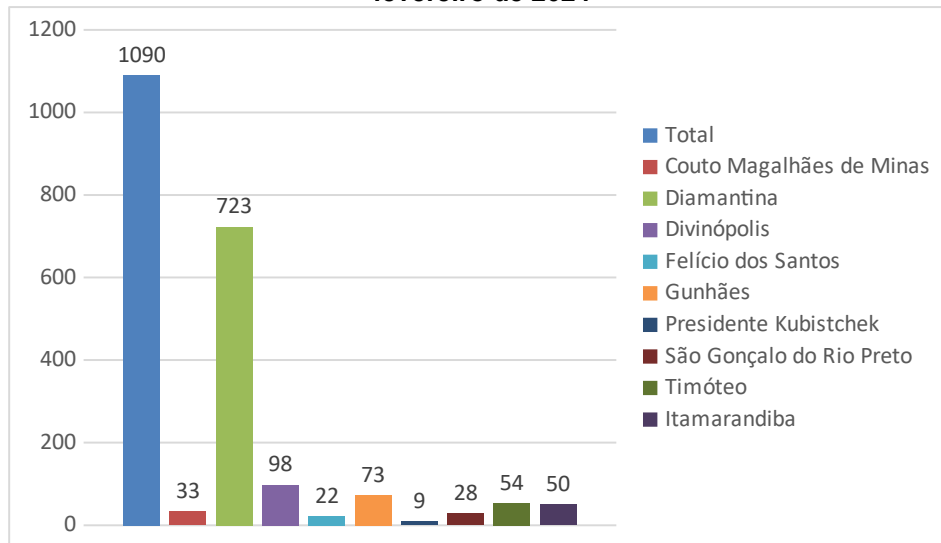
Gráfico 4 – Total de inserções realizadas pelos enfermeiros durante as capacitações de abril de 2022 a fevereiro de 2024



Fonte: dados do projeto

Destarte estima-se que cerca de 90% das mortes por aborto, assim como 23,6% das mortes obstétricas por ano poderiam ser prevenidas com o uso efetivo dos métodos contraceptivos (CLELAND, 2012). Desse modo, a notável expansão do acesso ao planejamento reprodutivo com a oferta do DIU garantido pelo projeto de extensão tem contribuído para a redução da mortalidade materna da região.

Gráfico 5 – Total de inserções realizadas pelo Ambulatório Interdisciplinar de Planejamento Reprodutivo incluindo as capacitações dos profissionais no período de junho de 2021 a fevereiro de 2024



Fonte: dados do projeto

Por fim, para ampliar a cobertura de mulheres em relação ao uso do DIU, devem ser considerados fatores como existência de política pública que recomende o uso e priorize o financiamento, disponibilizando insumos nos serviços de saúde reprodutiva, além da existência do processo de capacitação profissional, que estimule o uso por meio de informações embasadas em evidência científica. Dentre essas questões, vale destacar que ter profissionais capacitados e engajados com estratégias que ampliem a inserção e cobertura do uso do dispositivo nos serviços de saúde reprodutiva é uma das estratégias que pode contribuir de forma significativa para desburocratizar as estruturas organizacionais e ampliar o uso do dispositivo (RODRIGUES *et al.*, 2023).

Considerações finais

O planejamento reprodutivo envolve não apenas a contracepção, mas também a saúde sexual, o controle e a prevenção de cânceres, infertilidade dentre outras situações. Consequentemente trata-se de um problema de saúde pública, que atinge, em especial, a população com maior vulnerabilidade social. Além da dificuldade no acesso a métodos de contracepção de longa duração, como o DIU, existe um tabu que cerca a discussão sobre a sexualidade que se torna uma grande barreira para o uso do método.

Considerando os resultados apresentados, conclui-se que o projeto de extensão com interface com a pesquisa tem apresentado retorno positivo à sociedade, incluindo ampliação do acesso a um método contraceptivo de longa duração, melhoria da qualidade de vida da população atendida, redução da mortalidade materna assim como redução do número de gestações não planejadas. Para mais, destaca-se como uma iniciativa de extrema importância para a ampliação do conhecimento acerca da saúde sexual e reprodutiva, do empoderamento feminino e a efetivação da política pública de atenção a saúde da mulher.

Referências

- ANDRADE, M.S. *et al.* Planejamento familiar no sistema único de saúde: uso do dispositivo intrauterino. **Research, Society and Development**. 2022;11(3):1-9. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i3.26386>. Disponível em: [file:///C:/Users/ladyd/Downloads/26386-Article-312734-1-10-20220228%20\(8\).pdf](file:///C:/Users/ladyd/Downloads/26386-Article-312734-1-10-20220228%20(8).pdf).
- BOTELHO, T. V. **Desfechos da inserção do dispositivo intrauterino de cobre por obstetrizes e enfermeiras obstétricas em um centro de parto normal perihospitalar**. 2021. 97f. Dissertação (Mestrado em saúde pública) Universidade de São Paulo, 2021.
- BRANDÃO E.R.; CABRAL, C.S. Da gravidez imprevista à contracepção: aportes para um debate. Perspectivas. **Caderno de Saúde Pública**, v.33, n.2, 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde sexual e saúde reprodutiva**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 300 p.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº9.263, de 12 de janeiro de 1996**. Brasília, 12 de jan. de 1996. Seção 1, p. 1-3.
- CARRENO, I. *et al.* Uso de métodos contraceptivos entre mulheres com vida sexual ativa em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 1101-1109, May 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006000500023&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20 de agosto de 2021.
- CLELAND, J., *et al.* Contraception and health. **Lancet (London, England)**, v. 380, n. 9837, p. 149–156. 2012 Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(12\)60609-6/abstract](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(12)60609-6/abstract). Acesso em: 02 de maio de 2024.
- COFEN. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM- COFEN. **RESOLUÇÃO COFEN Nº 690/2022**. Normatiza a atuação do Enfermeiro no Planejamento Familiar e Reprodutivo. Brasília, 04 de fevereiro de 2022.
- GUEDES, H.M., PAULA, F.A. **Guia rápido para profissionais de saúde sobre a inserção do dispositivo intrauterino**. Diamantina: UFVJM, 2022.
- MACHADO, R.B. *et al.* Long-Acting Reversible Contraception, Contracepção reversível de longa ação. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v.39, n. 06, p.294–308, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgo/a/WQxWKxrQ4k6GpfTwbMWv3yc/?lang=en#ModalArticles>. Acesso em: 7 out. 2020.
- NEUTEBOOM, K. *et al.* Follow-up visits after IUD-insertion: sense or nonsense? A technology assessment study to analyze the effectiveness of follow-up visits after IUD insertion. **Contraception**, v.68, n.2, p.101–104, 2003. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12954521/>. Acesso em: 30 de abril de 2024

OMS. **Centers for Disease Control Prevention Internet**. US Selected Practice Recommendations for Contraceptive Use, 2017. Disponível em: <https://www.cdc.gov/mmwr/preview/mmwrhtml/rr6205a1.htm>. Acesso em: 20 agosto de 2021.

REIS, S.N. *et al.* Adequação da assistência ao pré-natal para mulheres do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais – Brasil. **Mundo da Saúde**, v.45, p.130-139, e1202020, 2021. Disponível em: <https://revistamundodasaude.emnuvens.com.br/mundodasaude/article/view/1053>. Acesso em: 10 ago. 2023.

RODRIGUES, G.A. *et al.* Planejamento reprodutivo e inserção de dispositivo intrauterino realizado por médicos e enfermeiras no Brasil. **Cogitare enfermagem**. 2023, v28:ed86717. Doi:dx.doi.org/10.1590/ce. v28i0.86717. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/cenf/a/N57ScHmZPbtrFNMH67KFFfM/?lang=pdf> Acesso em: 25 de ago. 2023.

WINNER, B. *et al.* Effectiveness of long-acting reversible contraception. **New England Journal of Medicine**. Vol. 366, p.1998–2007, 2012. Disponível em: https://www.nejm.org/doi/10.1056/NEJMoa1110855?url_ver=Z39.88-2003&rfr_id=ori:rid:crossref.org&rfr_dat=cr_pub%20%20www.ncbi.nlm.nih.gov. Acesso em 30 abril de 2024.

YAZDKHASTI M, *et al.* Unintended pregnancy and its adverse social and economic consequences on Health System: a narrative review article. **Iranian Journal of Public Health, Iran**, v.44, n.01, p.12–21, 2015. Disponível em: <https://ijph.tums.ac.ir/index.php/ijph>. Acesso em: 30 abril de 2024